



Quando, este sábado, Assunção Cristas subir ao púlpito do Parque Urbano de Ermesinde, para a *rentrée* do CDS, o slogan que vai ter à sua volta é no mínimo ambicioso: “A alternativa somos nós”. A um ano das legislativas, o CDS já escolheu os seus cavalos de batalha. O adversário é o PS e as “esquerdas radicais”, mas a forma de o derrubar é pisando primeiro no PSD. Mesmo sem nunca o atacar diretamente, porque PSD e CDS vão precisar um do outro no *day after*, a ideia é mostrar que o CDS não só tem um programa político e propostas mais concretas do que o PSD, como também é “o único partido em Portugal que não está a discutir coligações com o PS”.

A demarcação vai ser cerrada. E começa desde logo pela própria festa da *rentrée*. Enquanto Rui Rio foi criticado internamente por ter acabado com os moldes habituais da festa algarvia do Pontal, recuperando o conceito tradicional e “genuíno” criado por Francisco Sá Carneiro, Assunção Cristas vai dar o pontapé de saída numa “festa das famílias”, com crianças a correr e a brincar à sua volta. Ou seja, em vez de discursar num parque de merendas, depois da atuação de um rancho folclórico local, sem rede móvel ou internet, Cristas vai discursar este sábado num parque urbano, num “convívio descontraído que contará com lanche e animação para crianças — insufláveis, minigolfe, pinturas faciais, etc”, segundo se lê na descrição do evento. “Futuro”, “optimismo”, “ambiçãõ” — são estes os valores que o CDS quer transparecer ao eleitorado, que colam bem com uma festa de famílias, com cor e animação, para tentar fazer contraste com o ambiente de guerra interna percecionado no seio do PSD.

Ao que o Observador apurou, o objetivo é dar gás ao tom ambicioso que ficou definido no congresso de março, em Lamego, e que entretanto se foi esvaziando. Na altura, Cristas foi acusada de ambição desproporcionada quando disse que queria jogar “na primeira liga”, chegar onde “outros chegam”, pegando no exemplo das autárquicas em Lisboa e pedir para ser nas legislativas “a primeira escolha à direita”. “Eu acredito”, “não há impossíveis” — Cristas foi sempre repetindo a mesma ideia ao longo dos dois dias de congresso, e agora, seis meses

depois, quer voltar a pôr a fasquia à mesma altura. Problema: nem o país é Lisboa, nem Rui Rio é Teresa Leal Coelho, mas ainda falta um ano até às eleições legislativas.

Atacar o Bloco de Esquerda, aproveitando o golpe auto-infligido do “caso Robles”, é outro trunfo que o CDS vai usar no seu discurso político. “É uma fragilidade que é preciso aproveitar”, ouve o Observador de uma fonte centrista, que admite que o combate que o CDS vai querer travar é sobretudo “ideológico”. Ou seja, mostrar que o programa do CDS é, em termos políticos e programáticos, “contrário” ao programa de António Costa e das esquerdas, e que o CDS é “o único” partido que não faz acordos com o PS de António Costa. “António Costa não conta connosco de certeza”, diz a mesma fonte.

Sem atacar diretamente o PSD de Rui Rio, Cristas vai, assim, procurar vincar que foi o PSD de Rio que se sentou à mesa com o primeiro-ministro no primeiro dia de mandato para avançar com acordos sobre a descentralização e os fundos comunitários, e que se Rui Rio esteve o mês de agosto de férias, Cristas não parou e vai chegar à rentrée com “uma alternativa mais construída política e programaticamente”. Ora, enquanto Rio vai pôr as fichas todas no “interesse nacional” acima do interesse partidário, procurando ganhar ao centro, Cristas vai fazer *all in* na demarcação quer face ao governo, quer face ao PSD, procurando ser a candidata da direita. São estas as linhas mestras do discurso político do CDS para o próximo ano eleitoral.

A verdade é que, uma sondagem da Aximage conhecida esta quinta-feira, mostra o CDS a subir, embora continue longe da “primeira liga”. Além do PS, que sobe de 39 para 39,9% das intenções de voto, o CDS é o único partido que aparece a subir, passando de 7,4% em julho, para 9,2% em setembro. Com estes números, o CDS ultrapassa inclusive o Bloco de Esquerda, que passa de 9,5 para 7,8%, e torna-se assim a terceira força política nas intenções de voto. Em sentido contrário aparece o PSD, que passa de 27,2% em julho para 24,1% em setembro, refletindo-se aqui as férias de Rui Rio, que ficou ausente das televisões e dos microfones durante todo o mês de agosto.

Reduzir IRS e adequar leis das empresas ao “país da Websummit”:

CDS quer mostrar que já tem programa eleitoral

Mostrar que o programa eleitoral do CDS já tem cabeça, tronco e membros, também faz parte da estratégia do partido, que pretende chegar à rentree deste fim de semana com medidas concretas para anunciar. Ao Observador, o vice-presidente e coordenador do programa eleitoral, Adolfo Mesquita Nunes, avança um conjunto de medidas de foro fiscal que vão ser contempladas no programa do partido (sendo que algumas também vão ser vertidas em propostas de alteração ao Orçamento do Estado para 2019). É o caso da “revisão do código das sociedades comerciais”, que rege o funcionamento das empresas portuguesas e que, sendo de 2006, está hoje “totalmente desadequado”.

“As empresas portuguesas vivem hoje com regras de organização e funcionamento que são de 2006, é impossível competirem na nova economia com regras de um tempo em que nem iPhone havia”, diz o vice-presidente do CDS ao Observador, sublinhando que, de acordo com o atual código das sociedades comerciais, as empresas não conseguem, por exemplo, enviar convocatórias para uma assembleia geral via e-mail, só por “carta registada”. “No país da Websummit, as empresas não se podem reger por leis de 2006”, afirma.

Lembrando que a economia digital, a valorização do território e o desafio da demografia e natalidade serão as áreas prioritárias do CDS para o próximo ciclo, Adolfo Mesquita Nunes afirma ainda que o partido vai propor várias medidas de alívio fiscal para as empresas e famílias. É o caso da retoma da reforma do IRC, que o CDS defende que é uma medida que se paga a si própria por via do aumento do investimento que possibilita; do regresso do quociente familiar (que este governo substituiu por deduções fixas), mas também de uma redução faseada do IRS ao longo de quatro anos, que é a duração de uma legislatura.

Foi essa redução faseada do IRS ao longo de quatro anos que o ex-ministro centrista António Pires de Lima defendeu este sábado num artigo de opinião no Expresso, onde até avançou uma previsão de custo: “cerca de 3 mil milhões de euros por ano”. “Somos um país absurdamente hostil para quem vive do seu trabalho e não vem de fora. Qualquer rendimento baixo (por exemplo €40.000/ano por casal) é sujeito a retenções fiscais e sociais de quase 40%. Rendimentos médios (€80.000/ano por casal) são taxados já em cerca de 50%. Portugal é um dos países que pior tratam quem trabalha e usufrui de salários médios”, escreve o ex-ministro no mesmo artigo, onde defende que os tempos hoje são diferentes dos tempos da troika, pelo que “a margem de liberdade para as escolhas políticas e fiscais é outra”.

É com base neste princípio de que “o país está melhor”, que o CDS vai também insistir no alargamento da redução do preço dos passes sociais para todo o país, tal como foi avançado para a área metropolitana de Lisboa e do Porto. “Se o governo acha que o Orçamento do Estado tem capacidade para fazer esta redução, então tem de fazer a mesma redução para todo o país, não pode ser discriminatório”, afirma Adolfo Mesquita Nunes, fazendo eco das declarações de Assunção Cristas esta terça-feira. “Nós somos favoráveis a um estudo desta matéria, e certamente, se houver redução, tem de haver redução para todo o país, de forma absolutamente equitativa”, disse no final de uma visita a uma escola.

Nessa ocasião, Cristas avançou com uma medida que já tinha contemplado no seu programa eleitoral para Lisboa e que vai reintroduzir no discurso eleitoral para o país: a criação de passes familiares. “Temos de olhar para todo o país, e certamente que se há possibilidade de baixar o preço dos transportes públicos, nomeadamente na questão de um passe familiar, que nós defendemos no nosso programa para Lisboa, então esse passe familiar tem de ser para todo o país, sem exceção”, disse esta semana.

No entender do CDS, contudo, o que o governo se prepara para fazer é dar com uma mão e tirar com outra, prometendo um desconto nos passes sociais e deixando cair a prometida redução do imposto sobre produtor petrolíferos (ISP) — medida de iniciativa do CDS que foi aprovada na generalidade na Assembleia da República mas que acabou por ficar em banho-maria durante a interrupção dos trabalhos para férias. Mas esse tema, o CDS promete não largar. “No resto do país, mesmo nos sítios onde há transportes públicos, muitas vezes a rede de transportes não é suficiente para as pessoas se deslocarem de casa para o trabalho, pelo que têm de recorrer ao automóvel. Por isso, o governo não pense que vai deixar cair a redução do ISP”, afirma o responsável pelo programa eleitoral centrista, Adolfo Mesquita Nunes.

Fonte: Observador